

Indeterminismo e a Metodologia da Economia Positiva: uma abordagem com base na indeterminação de Senior*

Nelson Barbosa

Fábio Freitas

Carlos Fernando Lopes

Matias Vernengo**

Mas o homem nutre tal paixão pelos sistemas, pelas deduções abstratas, que está pronto a desfigurar conscientemente a verdade, pronto para fechar os olhos e tapar os ouvidos diante da verdade, tudo para justificar sua lógica.

Dostoievski

Sumário: 1. Introdução; 2. A Metodologia da Economia Positiva (MEP); 3. A indeterminação e a complexidade do fenômeno; 4. A compatibilidade entre os enfoques; 5. Conclusão.

1. Introdução

A indeterminação de Senior¹ (doravante IS) se pretende uma abordagem metodológica que analisa o trabalho teórico de acordo com o nível de abstração em que este trabalho se coloca. Dessa forma, procura evitar a confusão entre trabalho teórico abstrato e geração de normas de conduta para a sociedade. Ressalta, portanto, a relação entre a formulação de teorias e sua contrapartida com a realidade.

O objetivo deste trabalho é verificar a compatibilidade entre a IS e uma das mais populares abordagens metodológicas em economia, explicitada no famoso artigo de Friedman, A Metodologia da Economia Positiva (a partir de agora, MEP). Esta última abordagem trata do tradicional problema da demarcação;² isto é, procura ser um critério objetivo para determinar: a) se uma teoria é ou não científica; e b) a superioridade de uma teoria científica

* Os autores agradecem ao prof. Antonio Maria da Silveira pelo apoio na elaboração deste artigo. As opiniões expressas aqui, no entanto, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

** Alunos de mestrado do IEI-UFRJ.

¹ Ver Silveira (1991), onde a IS é originariamente apresentada.

² O problema da demarcação, segundo Lakatos (1978), está associado ao trabalho de Popper, que procura mostrar as condições necessárias para que uma teoria seja aceita como científica. O problema generalizado da demarcação corresponde, além disso, à especificação das condições necessárias para que uma teoria científica seja considerada melhor que outra; ver Lakatos (1978, p. 147).

em relação às demais. O que pretendemos aqui é, aceitando os termos da IS, verificar se a MEP é compatível com essa abordagem.

2. A Metodologia da Economia Positiva (MEP)

Friedman (1953) divide metodologicamente (citando Neville Keynes) a economia em três campos: positivo, normativo e arte. A economia positiva é, ao seu ver, o campo independente de juízos de valor cuja tarefa é “provar um sistema de generalizações passível de ser utilizado para fazer previsões corretas acerca das consequências de qualquer alteração das circunstâncias” (p. 164). O campo normativo, por sua vez, é o que inclui os juízos de valor. Finalmente, a arte trata do fenômeno específico, sendo um “sistema de regras para a consecução de um determinado objetivo”.³ A economia positiva é autônoma em relação aos outros campos, sendo a única com caráter científico e, portanto, sujeita à crítica objetiva. O campo normativo e a arte são subordinados às conclusões da economia positiva, no sentido de que se apóiam obrigatoriamente nas previsões fornecidas pelo campo positivo. Em suma, a economia positiva encerra a dimensão científica no âmbito da economia.

O objetivo da economia positiva é fazer previsões.⁴ Uma teoria possui dois elementos constitutivos: uma “linguagem” e um “corpo de hipóteses substantivas”, elaboradas com o objetivo de colher, por abstração, aspectos essenciais da realidade concreta (Friedman, 1953, p. 167).⁵ Como linguagem, a teoria é formada por relações lógicas, visando a comunicação entre cientistas e o critério mútuo. Nesse sentido, a linguagem é uma ferramenta de análise que procura organizar o material empírico de forma a torná-lo compreensível aos olhos dos cientistas; isto é, a linguagem tem como objetivo servir como uma convenção, sem apresentar, contudo, conteúdo substantivo. O julgamento das proposições lingüísticas se dá pelos critérios da lógica formal. Além disso, a linguagem também precisa ser adequada à classe de fenômenos estudados.

Como conjunto de hipóteses substantivas, a teoria se pretende capaz de fazer previsões corretas; seu julgamento está, portanto, na comparação de suas previsões com a experiência. Um conjunto de hipóteses é aceito como correto enquanto suas previsões não diferem substancialmente da realidade. Esta aceitação, contudo, não é definitiva, sendo passível de revisão à luz de novas observações do fenômeno. Assim, à medida que falham as tentativas de falsear um conjunto de hipóteses, a confiança no mesmo aumenta (Friedman, 1977, p. 87-8). Podem existir, no entanto, diversas teorias cujas previsões se adequam à realidade observada; o critério de seleção adotado então corresponde à navalha de Occam (simplicidade, fecundidade, completude lógica, coerência lógica). Neste ponto situa-se o problema da demarcação, citado anteriormente. No que diz respeito à classificação de uma teoria como científica, o critério de Friedman é a correspondência das previsões com a realidade; a escolha entre teorias, por sua vez, passa pelos critérios da navalha de Occam.

Uma questão controversa na MEP é o papel desempenhado pelos postulados. Previsões corretas não se baseiam em postulados realistas (no sentido de descreverem a realidade

³ Neville Keynes, apud Friedman (1953, p. 163).

⁴ É com base nisso que Caldwell (1982) e Pheby (1985) classificam a postura metodológica de Friedman como instrumentalista. Nesse sentido, Pheby diz que, ao contrário de suas próprias pretensões, Friedman não pode ser considerado popperiano, já que este é contrário à postura metodológica instrumentalista (Pheby, 1985, p. 110-13).

⁵ Friedman chama de “corpo de hipóteses substantivas” a dimensão explicativa da teoria, composta pelos postulados (que chama de pressupostos), seu desenvolvimento lógico e suas implicações.

observada). Friedman defende este ponto argumentando que os postulados são, por definição, “irrealistas”, já que são abstrações de fatos reais, válidas somente se produzem resultados satisfatórios. Uma abstração é relevante, portanto, na medida em que as previsões feitas a partir dela são capazes de explicar os fenômenos da realidade. Nagel (1963) adiciona que a teoria faz uso de “casos puros”, quais sejam, situações-limite que não correspondem a experimentos reais, mas que destacam importantes relações entre determinadas variáveis. Em última análise, isso implica dizer que a relação de compatibilidade entre postulados e realidade não está numa descrição acurada desta, mas sim na apreensão de seus aspectos essenciais. O critério que a MEP estabelece para determinar se os postulados realmente retêm os aspectos essenciais do fenômeno é a verificação empírica de suas implicações.⁶ A economia positiva tem, portanto, correspondência direta com a realidade.

3. A indeterminação e a complexidade do fenômeno

Nos termos em que foi formulada, a IS nos diz que:

As proposições da economia abstrata, não importando a generalidade ou a verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia aplicada positiva pressupõe as teorias abstratas da economia, assim como, em relevância variável, as outras ciências sociais. Conclusões normativas — sob a forma do que não pode ser feito — são deriváveis das proposições da economia aplicada, mas ainda são qualificáveis pelas especificidades do caso em questão (Silveira, 1991, p. 79).

A IS reconhece, portanto, três níveis de abstração: o campo abstrato, que ressalta a lógica do fenômeno; o campo aplicado, que busca aproximar seus conceitos da realidade, organizando dialogicamente⁷ teorias abstratas diferentes e mantendo ainda um caráter positivo; e a arte da ciência, que trata de fenômenos específicos, podendo ter caráter normativo.

A IS trata do problema dos níveis de abstração no trabalho científico em geral. A complexidade, no entanto, é de natureza diversa quando se passa do fenômeno físico para o humano. Nesse caso podemos dizer que a indeterminação torna-se mais aguda, na medida em que a complexidade do fenômeno dificulta sua redução a cadeias lógicas. Nesse sentido, Dow (1985, p.35-7) aponta quatro peculiaridades do fenômeno humano:

- a) o escopo para experimentos é limitado à experiência real. Isso significa que o cientista social não tem à sua disposição laboratórios onde possa reproduzir as condições estilizadas descritas na teoria;
- b) o objeto das ciências sociais é histórico, no sentido de que se modifica de forma irreversível com o passar do tempo. Disso decorre que as teorias são aplicadas a um contexto histórico diferente daquele no qual surgiram, o que dificulta generalizações de resultados;

⁶ Nagel (1963) acredita ser possível interpretar a MEP de um ponto de vista realista. Adotamos aqui essa mesma postura, que nos parece mais adequada aos nossos objetivos.

⁷ Dialógica substitui aqui dialética, na forma como é empregada por Georgescu-Röegen (ver Silveira, 1987), ou seja, diz respeito à vaguidade dos conceitos quando estes se aproximam de sua contrapartida real. Os conceitos dialógicos se contrapõem aos conceitos aritmomórficos (que respeitam o princípio da não-contradição) por admitirem a existência de nebulosidade entre os extremos “é” e “não-é”. Dialógica, portanto, diz respeito ao entrelaçamento de cadeias lógicas distintas, de forma a se chegar a resultados mais compatíveis com os fenômenos reais.

- c) o homem apresenta vontade própria, podendo alterar seu comportamento de acordo com a experiência. Suas motivações e padrões de conduta não podem ser descritos a partir de regras simples;
- d) o cientista social pode aprender sobre o comportamento humano pela introspecção.

A existência de diferenças qualitativas entre ciências naturais e sociais, que não correspondem somente a *hard* e *soft sciences*, implica que nas últimas não há constantes universais, e que julgamentos morais estão envolvidos em todos os âmbitos da análise.⁸ Silveira, citando Hicks, diz a esse respeito: “O fenômeno econômico [humano] muda tão rapidamente que nossas teorias não chegam ao estágio de refutação. Elas passam com a passagem do fenômeno, e este é também tão complexo que as teorias são parciais, são concentrações de atenção, ou ‘fachos de luz que iluminam uma parte do alvo, deixando o resto no escuro’” (Silveira, 1987, p. 39).

Silveira (1991) aponta a complexidade do fenômeno humano como responsável pela tensão crítica entre a pesquisa abstrata e a pesquisa aplicada em economia. O economista, por mais abstrato que pretenda ser em seu trabalho, não possui outro “laboratório” senão o mundo real. Disso deriva a confusão entre os campos abstrato e aplicado, isto é, as motivações conflitantes de rigor lógico e composição dialógica dos conceitos.⁹ Nesse sentido, a IS não trata diretamente do problema de demarcação. Aqui não é relevante dizer se uma teoria é científica ou não, ou ainda comparar teorias distintas. O enfoque da IS relaciona as conclusões de uma teoria com o grau de abstração em que ela está. Assim, a questão não é classificar uma teoria por um critério de validade, mas sim verificar sua capacidade de inferir do real.¹⁰

A indeterminação de Senior postula que há uma distância significativa entre teorias abstratas e o mundo real. A complexidade do comportamento humano, por envolver muitas dimensões relevantes, permite que convivam diversas interpretações lógicas conflitantes entre si. Sendo assim, a passagem das conclusões da ciência abstrata para a realidade requer mediações. Essas mediações estão no âmbito da ciência aplicada. Com base no que foi elaborado, estamos habilitados a verificar se a MEP é compatível com os termos da IS.

4. A compatibilidade entre os enfoques

O primeiro passo é situar a economia positiva de Friedman no âmbito da IS. Com efeito, do ponto de vista da generalidade e do método, a economia positiva de Friedman corresponde à economia abstrata, o que equivale a excluir a economia aplicada do campo positivo. A economia positiva é o campo mais abstrato de conhecimento, que informa a economia normativa e a arte da economia. Seu método é descrito em termos estritamente lógicos. “No modelo não existe espaço nem papel a dar à vaguidade, aos talvez, ou às aproximações”

⁸ A respeito da objetividade do cientista nas ciências sociais, ver Myrdal (1969). Quanto à divisão entre *hard* e *soft sciences*, ver Harcourt (1986, p. 22).

⁹ É importante ressaltar, mesmo que pareça óbvio, que não se está afirmando aqui ser o cientista abstrato mais “rigoroso” do que o cientista aplicado por ser mais “lógico”. O que se diz é que o cientista aplicado concentra-se num conjunto mais restrito de fenômenos, procurando no entanto entendê-lo de forma mais profunda. Nesse nível de abstração, ser dialógico é que significa ser “rigoroso” na análise, de acordo com a IS.

¹⁰ No tocante ao problema da demarcação, a IS é compatível com o papel dos paradigmas, como exposto em Kuhn (1962), dado que não visa *a priori* demarcar entre paradigmas alternativos, mas sim, dentro de cada paradigma, avaliar as teorias de acordo com seu nível de abstração.

(Friedman, 1953, p. 183). Suas atribuições, no entanto, estão mais próximas da economia aplicada. A economia positiva pretende gerar conclusões diretas sobre a realidade. À economia normativa restaria dizer se uma teoria deve ou não ser aplicada à realidade (em termos de juízos de valor), e à arte da economia, dizer como aplicá-la.

Temos então uma esquizofrenia nos termos da IS: uma teoria que é limitada em seu conhecimento, mas que produz conclusões diretamente comparáveis à realidade. A razão dessa esquizofrenia é o fato de Friedman não reconhecer o papel da ciência aplicada. Não há espaço para outras ciências explicativas do comportamento humano, nem para a convivência de teorias econômicas conflitantes: a economia positiva se pressupõe capaz de compreender os aspectos essenciais da realidade. A incompatibilidade entre as duas abordagens está no tratamento da complexidade do fenômeno humano.

O fenômeno humano ocorre no tempo histórico: teorias precisam tratar do aprendizado, da mudança do ambiente, da inter-relação entre os agentes em um tempo que é irreversível. Os padrões de conduta humanos são complexos, repletos de elementos contraditórios, variáveis no tempo, inter-relacionados dentro de um contexto social. A despeito disso Friedman afirma que as ciências sociais e naturais não incorrem em diferenças qualitativas.¹¹ Isso implica que a experiência nas ciências sociais, retirada da própria realidade observada, equivale à realidade estilizada que os laboratórios produzem para as ciências naturais. Entretanto, nos termos da indeterminação de Senior, que em princípio aceita as especificidades do fenômeno humano, essa assertiva não se sustenta. A verificação empírica das teorias postuladas pela MEP depende fundamentalmente da hipótese de que o fenômeno humano pode ser reduzido a simples relações lógicas. O oposto é iluminado por Knight: “A visão econômica do homem [fenômeno humano] está longe de abarcar a realidade humana total, ou mesmo de constituir uma descrição acurada, naqueles casos em que ela é válida como visão parcial e abstrata” (1960, p. 7).¹² Essa postura é coerente e antecipa a IS.

Diante do exposto, a questão do “irrealismo” dos postulados precisa ser revista. Como vimos, os postulados devem representar os aspectos essenciais do fenômeno. Segundo a MEP, o único critério para avaliar essa propriedade é a verificação empírica das previsões derivadas da teoria baseada em tais postulados. Nesse sentido, a comparação dos postulados em si com a realidade é irrelevante, dado que estes são, por definição, abstrações representativas de uma ampla gama de fenômenos. Entretanto, com base na IS vimos que as conclusões de uma teoria abstrata não são diretamente comparáveis à realidade. O critério de demarcação proposto pela MEP perde então o sentido. Os postulados da teoria abstrata, portanto, devem procurar ser compatíveis com as propriedades inerentes ao objeto de análise, como única forma possível de construção de teorias que possam iluminar aspectos fundamentais do fenômeno econômico.¹³

¹¹ “O fato de a economia considerar inter-relações entre os seres humanos e o de o pesquisador ser ele mesmo (...) parte do assunto investigado geram, como é óbvio, dificuldades especiais, quando se cogita de alcançar objetividade; entretanto, estes fatos também dão, aos cientistas sociais, certas classes de dados que não estão ao dispor dos estudiosos que se voltam para as ciências físicas. Nem um nem outro destes dois itens, porém, permite, no meu entender, que se faça uma distinção básica entre os dois grupos de ciências” (Friedman, 1953, p. 165).

¹² Knight é um excelente contraste para Friedman, já que ambos partilham de pontos de vista teóricos bastante semelhantes, mas divergem radicalmente quanto à metodologia econômica. O que é mais admirável em Knight é a capacidade de reconhecer as limitações das teorias em que acredita, qualidade esta desejável em economistas de qualquer matriz teórica.

¹³ Simon é bem claro a respeito com seu princípio da continuidade da aproximação: “Se as condições do mundo real se aproximam, suficientemente bem, dos pressupostos de um tipo ideal, as decorrências de tais pressupostos serão aproximadamente corretas (...). Premissas irreais não são uma virtude das teorias científicas; são um mal necessário — fruto da capacidade finita de computação dos cientistas” (Simon, 1963, p. 239).

5. Conclusão

O argumento da MEP é incompatível com a IS. A MEP postula que uma teoria abstrata é passível de ser verificada empiricamente, o que para a abordagem da IS é um atributo da teoria aplicada. Por essa abordagem, o principal atributo de realismo de uma teoria abstrata é a compatibilidade de seus postulados com o objeto que ela pretende explicar. Compatibilidade aqui não significa descrição factual, mas sim o uso de postulados que descrevem aspectos cruciais do fenômeno. A comparação entre as conclusões da economia abstrata e a realidade torna-se, portanto, um problema complexo, sujeito a diversas mediações. Esse é o principal ponto que incompatibiliza a MEP com a abordagem da IS. Essa incompatibilidade invalida, portanto, a MEP como critério de demarcação, desde que aceitos os termos da indeterminação.

Referências bibliográficas

- Caldwell, B. *Beyond positivism*. London, George Allen & Unwin, 1982.
- Dow, S. *Macroeconomic thought*. New York, Basil Blackwell, 1985.
- Friedman, M. A metodologia da economia positiva. *Edições Multiplic*, 1 (3), fev. 1981.
- . Inflation and unemployment: the new dimension of politics. In: *Monetarist economics*. Cambridge, Massachusetts, Basil Blackwell, 1991.
- Harcourt, G. C. Reflections on the development of economics as a discipline. In: Hamouda, O. F. (org.). *Controversies in political economy: selected essays by G. C. Harcourt*. Brighton, Wheatsheaf Books, 1986.
- Knight, F. *Inteligência e ação democrática*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1989.
- Kuhn, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1991.
- Lakatos, I. *Matemáticas, ciencia y epistemología*. Madrid, Alianza Editorial, 1987.
- Myrdal, G. *Objectivity in social research*. New York, Pantheon Books, 1969.
- Nagel, E. Pressupostos em teoria econômica. *Edições Multiplic*, 2 (5), abr. 1982.
- Pheby, J. Are Popperian criticisms of Keynes justified? In: Lawson & Pesaran (orgs.). *Keynes economics: methodological issues*. New York, Sharpe, 1985.
- Silveira, A. M. *Filosofia e política econômica: o Brasil do autoritarismo*. Rio de Janeiro, Ipea/Sharpe, 1987.
- . A indeterminação de Senior. *Revista de Economia Política*, 11 (4), out./dez. 1991.
- Simon, H. Comentário ao artigo do professor Nagel. *Edições Multiplic*, 2 (5), abr. 1982.